



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo de SP 'vende' para prefeitos a privatização da Sabesp

O motivo pelo qual prefeitos da Baixada Santista foram chamados para uma reunião, na segunda-feira, com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) consistiu em abordar "os benefícios para a população a partir da privatização da Sabesp". À coluna, o Governo Estadual disse estruturar "um novo modelo regulatório para a Sabesp, que viabilize os investimentos necessários para a universalização do saneamento básico nos 375 municípios atendidos".

No debate, conforme apurado com prefeituras da região, se discutiu a unificação da vigência dos contratos existentes entre Sabesp e municípios. De modo geral, na Baixada, haviam sido firmados acordos válidos por 30 anos.

O prefeito santista, Rogério Santos (PSDB), disse ao repórter Ted Sartori que "o governador vai estudar qual é o prazo de extensão desses contratos, mas (haverá) a uniformidade, todos num prazo só". O de Santos, por exemplo, data de 2015, com investimentos previstos, na época, em R\$ 424 milhões.

O Governo Estadual prossegue, afirmando que "o processo de desestatização cumprirá rigorosamente todos os trâmites previstos na legislação vigente, incluindo a realização de consultas à sociedade e a apresentação de um projeto de lei à Assembleia Legislativa". Porém, não menciona prazos.

O diretor-presidente da Sabesp, André Salcedo, disse ao jornal Folha de S.Paulo que a ideia é vender a Sabesp no próximo semestre.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 14 de setembro.

Entenda a nova contribuição sindical dos trabalhadores

Os sindicatos poderão cobrar contribuição assistencial de todos os trabalhadores representados por eles, sejam sindicalizados ou não. É o que definiu o STF (Supremo Tribunal Federal) em julgamento que terminou na segunda-feira (11).

Segundo a tese, aprovada por unanimidade, é permitida a cobrança da contribuição, desde que o trabalhador não sindicalizado tenha o direito de se opor a ela.

"É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição", diz o texto.

A discussão chegou ao Supremo em 2016 e, em 2017, os ministros haviam definido que a medida era inconstitucional, referendando decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de setembro.

Deputados apresentam projetos contrários à contribuição assistencial

A primeira iniciativa foi do deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP). Trata-se do PL 4.310/23, apresentado dia 5 de setembro, cujo objetivo é criar "mecanismo eletrônico para o trabalhador optar por não pagar a contribuição assistencial destinada a sindicatos."

Essa é uma maneira de tentar inviabilizar a organização sindical, de modo a manter o desmantelamento da estrutura organizada das entidades por meio da asfixia financeira. A contrarreforma trabalhista — Lei 13.467/17 — fez isto desobrigando o repasse da contribuição sindical; tornando-a voluntária.

Assim, ainda no entendimento do STF, que aprovou solução intermediária, para atender à 2 demandas: de 1 lado prestigia a liberdade sindical e, ao mesmo tempo, garante aos sindicatos alguma forma de financiamento.

Decisão essa, justa, clara, objetiva e equilibrada, sob a lógica de que países democráticos precisam ter sindicatos fortes, representativos e em condições de defender seus representados. Ainda que muitos optem por não serem membros do sindicato, cujo direito é inequívoco.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 14 de setembro.

Ministro do Trabalho convida setores a propor fim do saque-aniversário no Congresso

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, convidou os setores que apoiam o fim do saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a proporem a mudança no Congresso Nacional.

Isso poderá ser feito, apontou o petista, na tramitação do projeto que permite aos trabalhadores que optaram pelo saque-aniversário sacarem os recursos em caso de demissão.

"No momento, o governo não tem opinião de propor o fim do saque-aniversário, apesar de ter sensibilidade de que seria importante. Não queremos tomar iniciativa de propor isso. Deixamos para se algum setor quiser tomar iniciativa ele ter oportunidade na tramitação do projeto de lei", disse.

Marinho presidiu a reunião do Conselho Curador do FGTS desta quarta (13) e tocou no assunto durante o encontro.

Apesar de defender o projeto nos moldes atuais, o ministro disse que em algum momento será necessário enfrentar o debate sobre acabar com o saque-aniversário. "Essa lei não deveria existir, mas na sua existência, negar ao correntista acesso ao seu saldo é, na minha opinião, inconstitucional."

A decisão sobre o saque-aniversário não passa pelo Conselho Curador do FGTS, mas sim pelo Congresso. A ideia é enviar o projeto para o parlamento nas próximas semanas. Atualmente, ele está sob análise da Casa Civil.

O Palácio do Planalto e líderes no Congresso acreditam que a proposta pode enfrentar dificuldades durante a tramitação. Há a avaliação de que deputados e senadores resistem a modificar ou abolir uma regra que eles próprios aprovaram.

Marinho também defendeu a revitalização do FI-FGTS (Fundo de Investimento do FGTS) e sugeriu uma troca no agente operador do fundo, que hoje é a Caixa Econômica Federal.

"Estamos em um novo momento e a Caixa deve olhar com muito carinho e cuidado o potencial de investimento que o FI-FGTS tem", disse durante a reunião.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de setembro.

Novo ministro promete trabalhar contra privatização do Porto de Santos

O novo ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), afirmou nesta quarta-feira (13) que vai trabalhar contra a privatização do Porto de Santos (SP).

Ao lado de seu antecessor no cargo, Márcio França, Costa Filho também defendeu o programa que visa a baratear passagens aéreas para aposentados.

Silvio Costa Filho tomou posse como novo ministro dos Portos e Aeroportos, em uma cerimônia fechada e restrita, no gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O formato contrasta com as posses anteriores, no salão nobre do Palácio do Planalto, com discursos de autoridades.

Outros dois ministros foram empossados nesta quarta-feira, no mesmo evento: André Fufuca, no Esportes, e Márcio França, na nova pasta do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Horas depois, ele participou da cerimônia de transmissão de cargo, no auditório do ministério, em um evento concorrido, que contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), de diversos ministros, da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), e vários parlamentares.

Márcio França chegou a brincar que havia um "overbooking", relacionando com um dos temas de responsabilidade do ministério.

Em seu discurso, o novo ministro fez questão de exaltar o presidente Lula, a quem chamou de "maior presidente da história" do Brasil e também a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), "por toda a lealdade e todo o espírito público".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 14 de setembro.